

SOBRE FASCISMOS E DITADURAS: A HERANÇA FASCISTA NA FORMATAÇÃO DOS REGIMES MILITARES DO BRASIL, ARGENTINA E CHILE¹

João Fábio Bertonha²
Universidade Estadual de Maringá

Recebido: 18/03/2015 Aprovado: 01/06/2015
--

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir a possibilidade de classificar, conceitualmente, os regimes militares instalados no Brasil, na Argentina e no Chile nos anos 1960 e 1970 como fascistas. Ao mesmo tempo, será estudada a presença e a influência dos herdeiros do fascismo nesses três países durante as ditaduras.

Palavras-chave: Brasil - Argentina - Chile - Fascismo - Ditadura militar

ON FASCISM AND DICTATORSHIPS: THE FASCIST HERITAGE AND THE MILITARY REGIMES IN BRAZIL, ARGENTINA AND CHILE

Abstract: The main purpose of this paper is to discuss the possibility of classifying the military regimes in Brazil, Argentina and Chile during the 1960s and 1970s as fascists. At the same time, the article intends to discuss the presence and influence of the heirs of fascism in these three countries during the dictatorships.

Keywords: Brazil - Argentina - Chile - Fascism - Military dictatorship

Introdução

Um insulto tradicionalmente eficiente quando do debate político é o de “fascista”. Com raras exceções, o uso deste termo tem o efeito de paralisar o adversário e leva a reações acaloradas, normalmente de negação absoluta de que seja este o caso. Como adjetivo, portanto, o uso do termo é válido (ainda que nem sempre seja merecido) e tem justificativa no embate político.

No caso das ditaduras militares instaladas na América Latina a partir dos anos 1960, a tentação de utilizar o termo fascismo para defini-las era imensa e, aparentemente, perfeitamente justificável. Alguns dos Exércitos, como o do Chile,

¹ Para a pesquisa que resultou nesse artigo, foram fundamentais os estágios que fiz em Buenos Aires (2009 e 2012), Montevidéu (2012) e Santiago (2012). Agradeço ao CNPq e à Fundação Araucária pelo financiamento, via vários editais, dessas viagens e de outras despesas correlatas.

² Pesquisador do CNPq. Endereço de correspondência: European University Institute, Department of History and Civilization (Visiting fellow), Vila Schifanoia, Via Boccaccio 121, Firenze - Itália, 0133. E-mail: fabiobertonha@hotmail.com. Website: joaofabiobertonha.com.

tinham uniformes e simbologia de origem germânica, muitos dos torturadores exibiam símbolos nazistas, etc. E, acima de tudo, a violência por eles aplicada era tamanha que parecia se justificar que Pinochet, Médici ou Videla fossem colocados ao lado de Hitler e Mussolini.

Quando pensamos, contudo, em termos conceituais, o uso excessivo do termo só pode se tornar danoso. Se tudo é fascismo ou este é simplesmente sinônimo de autoritarismo, então o conceito em si nada significa e isso nos impede de ter acesso a um instrumental analítico diferenciado para compreender a realidade. No caso das ditaduras militares, simplesmente chamá-las de fascistas pode ser emocionalmente prazeroso, mas nos impede de compreender a dinâmica de forças dentro de cada uma delas e suas diferenças e proximidades.

Esse texto procura trabalhar neste sentido, abordando as ditaduras militares de Brasil, Argentina e Chile. O seu objetivo não é apenas o de analisá-las frente ao “modelo ideal” de fascismo (no sentido weberiano do termo) de forma a defini-las ou não enquanto tal, mas também compreender como forças, organismos e ideias fascistas podem ter permanecido vivas e atuantes dentro dos regimes ditatoriais, mesmo quando estes, em síntese, não eram fascistas.

Farei, nesse sentido, uma análise inicial mais teórica e geral, a qual procurará discutir como, teoricamente, ditadura e autoritarismo não são sinônimos de fascismo e que, portanto, quaisquer tentativas de fazer essa aproximação conceitual carecem de sentido. Posto isso, examinarei os casos de Brasil, Chile e Argentina, na busca de informações sobre a presença da extrema-direita e dos fascismos locais na constituição dos seus respectivos regimes militares. A questão central a ser trabalhada é em que medida a extrema-direita atuou no interior desses regimes e se e como isso teve influências na constituição dos mesmos.

Para tanto, o viés comparativo será essencial. Farei, para cada um dos três casos estudados, um retrospecto da ação da extrema-direita de base fascista desde os anos 1930 até o período populista, de forma a termos uma noção mínima sobre os grupos em estudo. Posto isso, analisarei como estas forças e grupos se articularam para participar dos golpes de 1964, 1973 e 1976 e sua atuação nos regimes que surgiram a partir dos mesmos. Na conclusão, tentarei amarrar os

pontos comuns e as divergências entre as três experiências, de forma que a análise das experiências particulares sirva para iluminar o conjunto.

O objetivo, pois, é procurar as continuidades e as mudanças da relação da extrema-direita com o Estado antes e depois da formação dos regimes militares, de forma a que possamos compreender melhor como fantasmas dos anos 1920 e 1930 podem ter ressurgido e agido politicamente nos 1960 e 1970.

Na verdade, boa parte da discussão sobre a possibilidade de as ditaduras militares dos anos 1960 e 1970 serem “fascistas” se relaciona com um debate historiográfico maior, ou seja, a da construção de uma “memória” dos regimes ditatoriais e a sua inserção nas histórias nacionais e na regional. Esse artigo não pretende entrar por essa seara, mas esse pano de fundo é evidente para compreender historiograficamente essa discussão. Ele se baseará mais num esforço de leitura e análise da historiografia disponível dos três países e a sua contraposição e não em pesquisa empírica.

Uma nota final. O termo “extrema-direita” não é sinônimo de “fascismo”. Este último pertence ao campo da extrema-direita, mas esta não se resume a ele, podendo incluir reacionários, católicos ultraconservadores, anticomunistas radicais e outros. Este artigo, contudo, se foca na questão do fascismo, ficando em segundo plano outros grupos radicais da direita, os quais só serão abordados de forma secundária e quando necessário.

Fascismos e ditaduras

Os historiadores, tradicionalmente, tendem a dar menos valor à discussão conceitual do que os cientistas políticos ou sociólogos. Mesmo que nossa ênfase seja outra, é este com certeza um erro. Ter clareza conceitual é de suma importância para evitar erros analíticos e, no caso da história comparada, selecionar com precisão o que será comparado. No caso dos movimentos fascistas, este cuidado é ainda mais necessário. Com efeito, o uso da palavra “fascista” se tornou tão amplo e pouco definido que quase tudo poderia ser chamado de fascista, o que precisa ser revisto.

Sem querer entrar na verdadeira floresta de papel impresso que tem procurado estabelecer uma “teoria geral do fascismo” e em reflexões presentes em

detalhes em outros artigos,³ parece-me fundamental estabelecer, ao menos, a diferenciação entre o fascismo e outros movimentos e regimes de direita.

É muito comum encontrarmos a definição do fascismo como movimento conservador ou reacionário. Especialmente na literatura marxista, surge a ideia do conservadorismo intrínseco dos fascistas, já que eles teriam surgido única e exclusivamente para combater a revolução socialista. O termo reacionário, por sua vez, é, em boa parte da historiografia, pensado como sinônimo de conservadorismo, mas, para outros autores, assume outro significado, de retorno ao passado. O fascismo seria conservador, reacionário ou, o que é conceitualmente mais complicado, ambos.

No entanto, as aparências nem sempre correspondem à realidade. O encanto fascista pelo passado é, com certeza, um traço importante na sua ideologia e que o faz diferir de ditaduras modernizantes, como a do *Estado Novo* do Brasil, cujos vínculos com um passado idealizado existiam, mas trabalhados de forma diferente. O fascismo, com efeito, utilizava a tradição de uma forma diversa, para definir os contornos do “nós” e do “eles” e para mobilizar as massas dentro de um projeto político moderno, e não para pregar a volta ao passado. Nem reacionário, nem conservador, mas ligado a estes por parentesco ideológico e conveniência política, especialmente num período de grande agitação social e política como foi o entre - guerras.

Fascismo, pois, é algo muito mais específico, ainda que haja variações de um para outro movimento e, especialmente, como seria inevitável, entre os fascistas dos anos 1930 e os do mundo atual. É um regime ou movimento fortemente anticomunista, antissocialista e antidemocrático que propõe a substituição da ordem democrática burguesa e do liberalismo político e econômico por uma nova. Nessa nova realidade, haveria um Estado orgânico, hierárquico, baseado numa liderança carismática e num partido único que serviria para a transmissão de uma

³ Para uma diferenciação entre fascismo adjetivo e fascismo conceito no caso específico dos integralistas e seus herdeiros, ver BERTONHA, J. F. Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória. In: DOTTA, Renato Alencar. et. Allii. **Integralismo: novos estudos e reinterpretções**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 155-166. Ver também BERTONHA, J. F. Fascismo de esquerda? Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso. **Espaço Acadêmico**, n. 142, p. 69-76, 2013 e A direita na TV. A propósito de um programa recente da “Globo News”. **Revista Escrita da História**. Ano 1, n. 1, p. 50-62, 2014.

ideologia específica, mobilizando a sociedade. Um partido único, aliás, que iria além de uma simples negação de outros ou de uma estrutura amorfa para acomodar interesses, mas uma real máquina de mobilização popular e transmissão ideológica.

O fascismo também seria, ao contrário dos reacionários ou conservadores, um movimento moderno, no sentido de não propor uma volta ao passado, mas um futuro diferente. Ele é, aliás, tão moderno e adaptado ao mundo democrático (ainda que o negasse) que proclama a necessidade da mobilização contínua das multidões e utiliza uma política deliberada de ódio ao “outro” (judeu, comunista, imigrante, gay, etc.) para garantir essa mobilização.

Ele não rompe, contudo, com a ordem capitalista e suas bases ideológicas, ao final, são as da direita: ordem, hierarquia, desigualdade. Mesmo sendo uma direita radicalizada, não deixa de pertencer a essa família. Aproximações entre os radicalismos da direita e da esquerda podem e devem ser feitos, mas a construção de um conceito de fascismo tão amplo que equivalesse à ditadura não se sustenta.

Assim, é importante notar como a relação entre os vários movimentos e grupos políticos de direita, nos anos 1930, era complexa e até ambígua. Havia empréstimos e trocas de elementos das suas máquinas políticas, que podiam ser absorvidos numa outra realidade sem obrigatoriamente mudar a mesma.⁴ Assim, o regime varguista ou o de Salazar melhoraram seus sistemas de repressão e propaganda com o auxílio italiano e alemão e intelectuais católicos franceses ou canadenses admiravam Mussolini, mas não se tornaram fascistas apenas por isto. Em alguns momentos, a solidariedade frente ao inimigo comum vencia as diferenças, enquanto, em outros, a briga pelo poder separava antigos aliados.

Para o período posterior, e pensando no nosso tema específico – as ditaduras militares na América Latina – o cuidado com o uso do termo “fascista” se torna ainda mais necessário, já que nos referimos a outra época (longe do fascismo clássico) e, portanto, chamar os generais de fascistas seria anacronismo puro e simples e/ou só poderia ser feito com imensos cuidados.

⁴ GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo, *In: Revolução molecular: Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 173-190.

Em termos de discussão acadêmica ou teórica de época, foram poucos os pesquisadores que, dentro do imenso debate para tentar se compreender a gênese das ditaduras militares que se instalavam no continente nos anos 1960 e 1970, recorreram ao termo “fascismo” para classificá-las sociologicamente. Mesmo assim, eles existiram e tendiam a ver, nos regimes militares, um equivalente moderno do modelo fascista, normalmente criado a partir de pressupostos marxistas clássicos.⁵ Seria um fascismo *sui generis*, já que surgiria em países subdesenvolvidos e teria as forças armadas como partidos de massa, mas fascismos mesmo assim.

Mesmo naquele momento, contudo, outros cientistas sociais⁶ concluíam que era impossível chamar os regimes militares latino-americanos de fascistas, já que não tinham uma característica básica, ou seja, os partidos de massa capazes de mobilizar a população, sendo que não havia como as Forças Armadas assumirem esse papel. Uma ditadura militar-corporativa seria melhor definição para estes regimes do que fascismo.

Estou de acordo com essa reflexão. Os regimes militares latino-americanos eram ditaduras, mas não eram fascistas. Isso não significa que elas fossem melhores ou piores do que o fascismo, mas simplesmente que não podem ser classificadas nesta rubrica. Afinal, todo regime fascista é uma ditadura, mas nem toda ditadura é um regime fascista. E, do mesmo modo, se toda ditadura fosse um fascismo, os dois termos seriam equivalentes e o segundo não significaria mais nada.⁷

Dizer que, metodologicamente, regimes fascistas e ditaduras militares estão em campos separados não resolve, contudo, a questão. Desde os anos 1920 e 1930,

⁵ SANTOS, T. **Socialismo o fascismo**. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972; SCHILLING, P. **O Expansionismo brasileiro**. A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981 e SILVA, E. P. da. História e Memória na revista Araucaria de Chile. In: **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória, p. 6-9, 2008.

⁶ DAVID, M. D. Fascismo e ditaduras militares na América Latina. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 8, p. 149-162, 1979.; SCHMITTER, P. The Portugalization of Brazil? In: STEPAN, A. **Authoritarian Brazil - Origins, policies and future**. New Haven and London: Yale University Press, 1973. p. 179-232.

⁷ TRINDADE, H. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: VIZENTINI, Paulo Fagundes; MILMAN, Luís. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 47-74.

como visto acima, os vários grupos, movimentos e regimes de direita estavam permanentemente trocando ideias, perspectivas e modelos. Mesmo em ditaduras militares mais ou menos clássicas como as latino-americanas, o potencial de colaboração e influência da extrema-direita fascista (representada tanto pelos antigos militantes dos anos 1920 e 1930 ainda ativos, como pelos novos, contemporâneos) era real e verificar como e em que nível ela colaborou na formatação dos regimes militares de Brasil, Chile e Argentina pode ser um exercício interessante para compreender a gênese dos mesmos.

Brasil⁸

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo, nas Américas na década de 1930, seria, provavelmente, o Brasil. O governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o *Estado Novo*, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura autoritária com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), o maior partido fascista surgido fora da Europa.

O movimento esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o *Estado Novo* em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para assumir o poder num país onde a direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expulso do bloco governista e, após tentar um golpe de Estado em 1938, foi formalmente eliminado por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Com a redemocratização do Brasil em 1945, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do *Partido de Representação Popular* (PRP), novas

⁸ A parte referente ao Brasil foi aprofundada em outros textos, nos quais apresento informações mais detalhadas e discuto melhor a documentação e a bibliografia disponível sobre o tema. Ver BERTONHA, J. F. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 13, n. 1, p. 63-82, 2009 e Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar. Os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975). *História e Perspectivas*, v. 23, n. 44, p. 427-449, 2011.

possibilidades pareciam abrir-se para o Integralismo, ou para o novo Integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não era mais aceitável naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido.⁹

Sobre o PRP, várias questões poderiam ser levantadas. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de “pós-fascista” ou “neofascista”, tendo se afastado o suficiente do modelo do fascismo clássico da antiga AIB? Ou teria se afastado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou próximo a ele, mas simplesmente de conservador, ainda que radical? Questões ainda em aberto.

De qualquer modo, nos vinte anos seguintes, o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no norte e nordeste, com alguma representatividade no sudeste. Suas bases mais fortes estavam no sul e no Espírito Santo, nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas. Uma força política que deu sobrevida a Salgado, mas bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do seu grupo nos anos 1950 e 1960 e da sua pequena popularidade, mas pela sua participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das “Marcha da Família por Deus e pela Pátria” conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O

⁹ Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me fortemente no trabalho do historiador Gilberto Calil. Ver CALIL, G. **O Integralismo no pós-guerra - a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001 e **O integralismo no processo político brasileiro - o PRP entre 1945 e 1965: Cães de guarda da ordem burguesa**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960. Plínio Salgado e vários outros integralistas também colaboraram com a organização do golpe.

Espanta realmente, a propósito, a forte presença de ex-integralistas no golpe. Basta recordar, a propósito, como um dos seus líderes, o Almirante Hasselmann, que travou tiroteio com marinheiros insubordinados já em 25/3/1964, fora um dos jovens oficiais da Marinha que tomara de assalto o Ministério da Marinha no putsch integralista de 1938. Aparentemente, era o Integralismo voltando a agir, com décadas de atraso e, depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou, como era de seu feitio, assumir todos os méritos pelo seu sucesso.¹⁰

Esta versão é exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar a mesma.¹¹

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Efetivamente, Raimundo Padilha chegou a líder do governo no Congresso e governador da Guanabara; Buzaid e Ibrahim Abi Ackel foram ministros da Justiça; João Paulo Reis Velloso do Planejamento e Euro Brandão da Educação e Cultura. Os ex-integralistas também controlaram muitas posições menores em vários ministérios, a Comissão de Moral e Cívica do MEC e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sua máquina burocrática. Plínio, por sua

¹⁰ SALGADO LOUREIRO, M. A. **Plínio Salgado, meu Pai**. São Paulo: GRD, 2001. p. 469-473.

¹¹ CALIL, G. Os integralistas e o golpe de 1964. **História e Luta de Classes**, n. 1, p. 55-76, 2005. Ver também TRINDADE, H. O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista. *In*: SOARES, G.; D'ARAÚJO, M. C. **21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 123-141.

vez, foi líder do governo na Câmara dos Deputados e teve papel importante na aprovação de várias leis enviadas pelos militares ao Legislativo.

Plínio gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Héglio Trindade,¹² estes cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga AIB.

Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o Integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário do que esse dizia, os remanescentes do Integralismo não comandavam e nem influenciavam decididamente o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Provas desta situação são abundantes nos documentos dos remanescentes do integralismo e no próprio arquivo de Plínio Salgado, onde estão presentes inúmeras palavras de decepção com o poder e a influência que ele esperava ter entre os generais, mas que nunca se concretizaram. Nestes documentos, a frustração pessoal de Plínio por não ter atingido o comando do Estado é mais do que evidente, refletindo, no pessoal, a sua trajetória política.

Vários fatos também comprovam esta situação. Os membros do PRP foram surpreendidos, por exemplo, pela dissolução de todos os partidos políticos em 1965. Plínio optou pelo partido do governo, a Arena, imediatamente, assim como a maioria dos militantes e da liderança nacional. Mas muitos militantes ficaram

¹² TRINDADE, H. Op. Cit., p. 135; Ver também CALIL, G. O Integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização. In: FÉLIX, L. O. **Rio Grande do Sul: 200 Anos**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

incomodados e se recusaram a ficar na mesma agremiação que reunia oriundos da UDN, do PL e outros antigos inimigos.

Plínio manteve influência sobre ao menos alguns dos antigos perrepeistas dentro da Arena, mas a dissolução do PRP dentro dela acabou, no fim, com qualquer autonomia destes, inviabilizando a formação de um projeto político autônomo dos integralistas e acabando de vez com os sonhos destes.

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés desta era, ainda que houvesse várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante e os ex-militantes integralistas trabalhavam com e para os generais sem manter obrigatoriamente sua identidade integralista e nem obedeciam realmente a Salgado.

Uma tentativa de reverter este quadro veio em vários projetos de fornecer ao novo sistema de governo uma base doutrinária que aumentaria, inevitavelmente, a influência de Plínio no mesmo. Já em 1964, ele não apenas fez o que pôde para se afirmar como o “pai” do movimento, como convocou membros do PRP para criarem uma “Comissão Interventora de Reestruturação”, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário a este. Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não em eleições, mas em uma representação classista que se aproximava do velho corporativismo dos anos 1930.

Em 1969, a derradeira chance de aumento de poder. O AI 5 havia fechado o regime e surgiu a possibilidade do ex-ministro do interior, general Albuquerque Lima, posicionado mais a direita no espectro ideológico, disputar a sucessão da Junta Militar. Os radicais de direita, incluindo os integralistas, o apoiaram, assim como parte da oficialidade, mas os outros grupos militares optaram por uma liderança alternativa. O desapontamento dos ex-integralistas foi imenso. O general Jaime Ferreira da Silva, ex-integralista, chegou a dizer que eles se sentiram traídos,

como se, novamente, e repetindo 1937, eles tivessem sido bloqueados nas portas do poder.¹³

No governo Médici, apesar da repressão, o regime procurou se dissociar do radicalismo da direita, sempre falando da restauração democrática e não numa nova ideologia. Pessoas como Buzaid continuariam defendendo algum tipo de institucionalização ideológica do regime, mas a proposta não foi em frente.

No governo Geisel e Figueiredo, por sua vez, a lógica liberal/práxis autoritária, para usar os termos de Trindade, transmutada na "democracia relativa" de Geisel e na transição sem fim, venceu novamente a tentação fascista, que nunca se viabilizou politicamente.

Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes fascistas. O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos comunistas) e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos.

Chile

No Chile do entreguerras, houve um movimento fascista bastante consistente: o *Movimiento Nacional Socialista*, fundado em 1932. A influência da ideologia nazista e da coletividade alemã na sua criação são evidentes até no nome do movimento e no sobrenome do seu líder, Jorge González Von Marées. Mas ele não era cópia do original alemão, o que se infere por seu menor racismo e, inclusive, por seu antissemitismo, mais de base católica do que biológica.

De qualquer forma, este partido conseguiu extrapolar os limites da coletividade alemã e se tornou algo maior, com alguma representatividade social e

¹³ TRINDADE, H. O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. **21 anos de regime militar**: Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 123-141.

política.¹⁴ A situação chilena no entreguerras, com crise econômica e social, forte polarização política e crítica generalizada ao liberalismo provavelmente ajuda a explicar essa maior força. Os nacistas chilenos, contudo, tiveram relações conflituosas com outros grupos de direita, o governo, os militares e a Igreja. O resultado é que não conseguiram alcançar o poder e, após uma tentativa de golpe em 1938, foram formalmente eliminados.

Depois da guerra, os fascistas chilenos se reorganizaram em vários partidos e grupos. Alguns fascistas se converteram em reacionários católicos e outros se mantiveram mais perto da herança anterior. Os vários grupos tentaram vias diversas para o poder, como tentativas de envolver os militares em golpes, participação nos governos (como no de Carlos Ibanez entre 1952 e 1958) e a eleitoral, como em 1963-1965, quando a *Acción Nacional* (fundada em 1963) tentou levar seu líder, Jorge Prat Echaurren, para a presidência.

Com a radicalização política nos governos Frei e Allende e a perda crescente de influência e votos (devido à postura progressista da Igreja e às reformas políticas), a direita radicalizou-se e conservadores e liberais se fundiram com a *Acción Nacional* para criar o *Partido Nacional* em 1966. Assumindo a postura autoritária, criaram forças de choque para combater a esquerda nas ruas e apoiaram, obviamente, o golpe de 1973.

Vários autores¹⁵ identificam uma espécie de linhagem genealógica direta entre as direitas chilenas do século XX, os nacistas e a ditadura de Pinochet. Não obstante, apesar de vínculos existirem e da ditadura de Pinochet não poder ser

¹⁴ Para um estudo exaustivo e esclarecedor sobre a extrema-direita chilena, ver DEUTSCH, S. M. **Las Derechas - The Extreme right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939**. Stanford: Stanford University Press, 1999. Outra obra de suma importância é KLEIN, M. **A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil and Chile between the Great Depression and the Second World War**. 2000. Tese (Doutorado) - University of London, Londres, 2000. O mesmo autor também estuda os movimentos mais propriamente reacionários, como a Milícia Republicana. Ver KLEIN, M. White guards, reactionaries, or fascists? A comparison of the Legion Civica Argentina and the Milicia Republicana. **Bicentenario. Revista de Historia de Chile y América**, v. 4, n. 1, p. 5-80, 2005. Ver também, entre outros, GRUGEL, J. Nationalistic Movements and Fascist Ideology in Chile. **Bulletin of Latin American Research**, v. 4, n. 2, 1985; POTASCHNIK, M. **Nacismo: National Socialism in Chile, 1932-1938**. 1986. Tese (Doutorado), University of California, Berkeley and Los Angeles, 1974 e ROBERTSON, E. **El Nacismo Chileno**. Santiago: Ediciones Nuestramerica, 1986.

¹⁵ ROJAS MIX, M. **El Dios de Pinochet**. Fisionomia del fascismo iberoamericano. Barcelona: MM, 2007; RÁMIREZ NECOCHEA, H. El fascismo en la evolución política de Chile hasta 1970. **Araucania de Chile**, v. 1, p. 9-33, 1978 e MOUNT, Graeme. **Chile and the nazis, From Hitler to Pinochet**. Montréal: Black Rose Books, 2002.

considerada uma novidade absoluta dentro da história da direita chilena como um todo,¹⁶ o que fica evidente é que os autores exageram tais ligações e, normalmente, a partir de analogias e aproximações. No livro de Greene Mount,¹⁷ por exemplo, ele argumenta que o pensamento nazista influenciou por décadas o Exército chileno e também o regime militar, mas apresentando como evidências apenas o fato de que o Exército do Chile enviou cumprimentos a Franco ainda em 1975 ou que ainda existe um monumento aos 55 mortos de 1938 no cemitério em Santiago, o que é realmente frágil.

Realmente, é importante não confundir indícios ocasionais ou indiretos com provas. Um exemplo. Em 1974, o antigo líder dos nacistas, Carlos Keller Rueff, deu declarações apoiando o golpe de Estado, o que seria até esperado. No entanto, apesar de ele ter possivelmente influenciado o pensamento militar na direção da direita através da sua atividade como professor na Universidade e nas Academias militares desde os anos 1940, sua atuação no golpe foi apenas lateral.¹⁸

A respeito do tópico, Sandra McGee Deutsch¹⁹ oferece uma colaboração de peso. Ela argumenta que a direita fascista chilena, após 1945, sofreu alterações em suas ideias e perspectivas, mas não o suficiente para que se configurasse uma ruptura completa com o passado. Na sua análise, as forças de extrema-direita, agrupadas em vários partidos e grupos, ajudaram a criar o clima para o golpe através da mobilização na imprensa e nas ruas, incluindo as mulheres, o que indica a sua importância.²⁰

Para Deutsch,²¹ o regime se aproximava dos padrões fascistas em alguns aspectos e se afastava em outros. Sua defesa do necessário banho de sangue para salvar o Chile do comunismo e criar uma sociedade baseada em hierarquia, ordem

¹⁶ SUTIL, S. C. **Con las riendas del poder**. La derecha chilena en el siglo XX. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005; ¿Qué nos enseña la historia del siglo XX acerca de las derechas actuales?. **Política**, v. 45, p. 157-163, 2005.

¹⁷ MOUNT, Graeme. **Chile and the Nazis...** Op. Cit., p. 157-158.

¹⁸ GAUDIG, O.; VEIT, P. **Faschismus in Chile: die Darstellung der nationalsozialistischen Bewegung im Roman**. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2001. p. 13-15; KLEIN, M. The making of an unlikely Chilean fascist: reflections on the intellectual development and political work of Carlos Keller Rueff. **Historia (Santiago)**, v. 35, p. 187-209, 2002.

¹⁹ DEUTSCH, S. M. Fascism, neo-fascism or post fascism? Chile, 1945-1988. **Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 19-44, 2009.

²⁰ POWER, M. **Right-wing women in Chile: feminine power and the struggle against Allende, 1964-1973**. Univ. Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

²¹ DEUTSCH, S. M. Fascism, neo-fascism or post fascism?... Op. Cit., p. 37-38.

e disciplina se aproximaria do conceito de fascismo de autores como Roger Griffin. Também seria próximo do fascismo o seu esforço para aproximar trabalhadores e empresários através de uma mobilização controlada de jovens, mulheres e estudantes.

Por outro lado, o regime não tinha tons populistas, era, em essência, desmobilizador e o ultra-liberalismo na economia era claramente contrário à tipologia de, por exemplo, Stanley Payne a respeito dos fascismos clássicos. Talvez o regime pudesse ser classificado como neofascista ou pós-fascista, mas a questão, para ela, ainda estaria em aberto.

Para mim, contudo, o regime militar chileno se afasta em excesso do modelo do fascismo clássico e mesmo dos seus posteriores para que possamos incluí-lo nele. Os fascistas e neofascistas conseguiram, com certeza, espaço em alguns setores do regime, como o aparato repressivo, mas sua influência nem se compara à exercida, por exemplo, pelos “católicos adeptos do livre mercado”, grupo que tanto influenciou o governo Pinochet. Estes, formados pela Universidade de Chicago em acordo com a Universidade Católica local desde os anos 1950, mantiveram inicialmente ideais hierárquicos e antidemocráticos, mas cada vez mais foram se ligando a defesa do liberalismo econômico e isso os tornava claramente de direita e até de extrema direita, mas não fascistas.²²

Pinochet pode ter sido brutal, mas não era um Le Pen ou um Haider (para lembrar apenas alguns dos líderes da direita neofascista europeia) e muito menos um novo Hitler, e as influências fascistas no seu regime eram secundárias frente a outras forças da extrema direita e, especialmente, da direita tradicional, conservadora.

Argentina

A Argentina, com certeza, é um caso emblemático das confusões entre fascismo e autoritarismo no período e também para os analistas posteriores. Desde 1945, com o peronismo e a fuga de muitos nazistas para a Argentina, tem-se a impressão de que a direita fascista sempre teria sido incrivelmente forte no país.

²² DEUTSCH, Sandra. **Las Derechas...** Op. Cit., p. 318-319.

Isso, contudo, não é necessariamente verdade. Perón era um líder carismático, líder de um partido com ideologia mobilizadora e, em certo momento, com simpatias fascistas. No entanto, faltava a ele o ideal orgânico, os tradicionais valores da direita e a construção de um partido como máquina de mobilização das pessoas para uma ideologia, e não como simples instrumento do líder. Apesar do debate sobre o tema ainda ser intenso, eu o classificaria mais como um populista (apesar do termo ser, com certeza, vago e sujeito a debate) do que como fascista.

Pensando na sociedade como um todo, havia, nos anos 1930, círculos extremamente influenciados pelo fascismo (militares, Igreja, oligarquia), mas os movimentos fascistas argentinos foram relativamente pequenos. Havia os grupos nacionalistas, mas esses eram mais movimentos reacionários ou conservadores de direita do que fascistas. Eles tinham alguma simpatia por Mussolini e laços com os fascistas italianos e alemães em território argentino, mas isso não significa automaticamente igualdade ideológica.

No final dos anos 1930, no máximo uma ou outra dessas ligas se aproximaram o suficiente do fascismo para serem consideradas como tal. Seria o caso, por exemplo, da *Alianza de la Juventud nacionalista* de 1937, que se tornou a *Alianza Libertadora Nacionalista*, em 1943.²³ Não restam dúvidas, portanto, que ao menos algumas das ligas e movimentos nacionalistas se tornaram propriamente fascistas nos anos 1930, enquanto outras continuaram no campo reacionário. O nacionalismo como um todo, contudo, provavelmente não era fascista, ainda que, claro, esta questão esteja ainda em discussão.²⁴

²³ KLEIN, Marcus. **A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil and Chile...** Op. Cit. e *White guards, reactionaries, or fascists?...* Op. Cit.; LVOVICH, D. **El nacionalismo de derecha.** Desde sus orígenes a Tacuara. Buenos Aires: Capital intelectual, 2006. p. 56-58.

²⁴ O debate sobre o tema realmente é contínuo. Ver, por exemplo: DEUTSCH, S. M. **Las Derechas...** Op. Cit., p. 245-246 e **Contrarrevolución en la Argentina. 1900-1932. La Liga Patriótica Argentina.** Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. FINCHELSTEIN, F. **Fascismo, liturgia e imaginario.** El mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002; BUCHRUCKNER, C. **Nacionalismo y peronismo.** La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955). Buenos Aires: Sudamericana, 1987 e **La Argentina autoritaria.** Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida política, Buenos Aires: Ariel, 1993; Rock, D. **La Argentina autoritaria.** Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida política. Buenos Aires: Ariel, 1993 e BERTONI, L. A. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. Um excelente apanhado da questão está em KLEIN, M. **A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil and Chile...** Op. Cit., p. 185-190.

No entanto, em que pese esta ausência de fascismo organizado na Argentina naqueles anos, a cultura fascista parece ter sido muito mais popular e difundida do que em outros países. O ideal fascista pode não ter se corporificado, por razões locais, em partidos e movimentos fascistas de peso, mas era bastante difundido em outros grupos de direita e na sociedade como um todo. Sandra Deutsch,²⁵ por exemplo, afirma que os vários grupos nacionalistas eram alianças de elementos reacionários e fascistas que interagem e se inter-influenciavam continuamente e que, através deles, a cultura fascista se espalhou pela sociedade.

Assim, não classificaria a Argentina, como faz Trindade,²⁶ como um país onde os fascismos não tiveram repercussão. Ela foi difusa e indireta, mas de importância, ainda que não o suficiente para justificar a imagem da Argentina como país fascista por excelência.

No pós-1945, os nacionalistas argentinos continuaram fragmentados, mas com um corpo de ideias e conceitos distinto e minimamente coerente. Discordavam sobre muita coisa (como a relação com Perón, por exemplo), mas se mantiveram relativamente unidos, mantendo alguma influência (que não pode ser superestimada, contudo) no sistema político argentino e, especialmente, nos militares e na Igreja.²⁷

Além dessa capacidade maior em influenciar a sociedade, ou, ao menos, as classes dirigentes, outro diferencial da extrema-direita argentina foi a opção, por parte de alguns grupos, pela violência. Isso pode ser identificado em grupos como o *Movimiento Nacionalista Tacuara*, surgido em 1955. Com efeito, *Tacuara* era um movimento que identificava a política como conflito, a ser finalizado com a morte do outro. Via-se como herdeira dos fascismos europeus e do nacionalismo e era

²⁵ DEUTSCH, S. M. *Las Derechas...* Op. Cit., p. 246.

²⁶ TRINDADE, H. *O Nazi-fascismo na América Latina*. Mito e realidade. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 21-28.

²⁷ DEUTSCH, Sandra. *Las Derechas...* Op. Cit., p. 324-326. WALTER, R. The right and the peronists, 1943-1955. In: DEUTSCH, S.; DALKART, R. **The Argentine Right. Its History and intellectual origins, 1910 to the present**. Wilmington: Scholarly Resources, 1993. p. 99-118.; LEWIS, P. The Right and Military rule, 1955-1983. Ibidem, p. 147-180; SENKMAN, L. The Right and civilian regimes, 1955-1976. Ibidem, p. 119-145; ROCK, D. Antecedents of the Argentine Right. Ibidem, p. 1-34 e FARES, M. C. **Unión Federal, nacionalismo o democracia cristiana, una efímera trayectoria partidaria (1955-1958)**. Mendoza: Ex Libris-Astrea, 2007.

fortemente antissemita, tendo cometido atos de extrema violência contra seus opositores.²⁸

Outro desses grupos foi a *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), a qual tinha influência da doutrina de contra-insurgência francesa e vínculos com neofascistas, franquistas, etc. Atuaram de forma violenta entre 1973 e 1976, eliminando centenas de oponentes.²⁹ Uma onda de violência fora do Estado não verificada com essa intensidade nem no Brasil, nem no Chile no período.

Já no tocante às relações dessa tradição fascista e nacionalista com o regime militar, o debate historiográfico é denso e vale a pena retomá-lo, até para termos clareza da riqueza da argumentação e dos conceitos utilizados.

Num primeiro campo, temos o trabalho de Finchelstein,³⁰ o qual apresenta uma tese no mínimo polêmica: a de que a ditadura militar argentina, ainda que não possa ser classificada conceitualmente como fascista, tinha ao menos parte de sua ideologia baseada nos velhos ideais dos nacionalistas e fascistas dos anos 1930. Tal embasamento se expressaria na ditadura como um todo, mas especialmente nos campos de concentração e na política de eliminação física dos inimigos como resposta aos problemas e à dissidência política.

Uma das bases da teoria de Finchelstein é a sua definição dos nacionalistas dos anos 1930 como essencialmente fascistas. Ele os considera como tal a partir de uma definição teórica e também por sua auto-identificação. Dessa forma, do seu ponto de vista, o fascismo local teve um caráter cristão e militarista e esse caráter ajudou a garantir a sua sobrevivência por muito tempo, sendo a ditadura militar a sua consagração.³¹

Ele considera que essa herança nacionalista/fascista, justamente por seu caráter católico e castrense, foi capaz de sobreviver por décadas na cultura política

²⁸ LVOVICH, D. La extrema derecha en la Argentina posperonista entre la sacristía y la revolución: el caso de *Tacuara*. **Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 45-61, 2009.

²⁹ LVOVICH, Daniel. **El nacionalismo de derecha...** Op. Cit., p. 146.

³⁰ FINCHELSTEIN, Federico. **La Argentina fascista, Los orígenes ideológicos de la dictadura**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

³¹ FINCHELSTEIN, F. **La Argentina fascista...** Op. Cit., p. 15. No seu último livro, ele também explora esta questão da auto-identificação dos nacionalistas argentinos como membros de uma família fascista transnacional. Ver **Transatlantic Fascism: Ideology, Violence, and the Sacred in Argentina and Italy, 1919-1945**. Durham (NC): Duke University Press, 2009.

argentina e se tornou predominante justamente durante a ditadura iniciada em 1976. Essa, no campo econômico, seguiu um ideário liberal, rechaçando as ideias autárquicas e corporativas da direita nacionalista. Mas, na concepção de Estado e de política, a herança nacionalista teria predominado e feito prevalecer a ideia de que o inimigo era o mal absoluto, a ser eliminado, o que explica o caráter especialmente sanguinário da ditadura de 1976.

Sinais desta herança estariam na forte presença de ex-membros de grupos como Tacuara, AAA e outros no sistema repressivo e nos campos de concentração que a ditadura criou, locais onde a ordem era destruir psicologicamente o inimigo, humilhá-lo e, por fim, eliminá-lo fisicamente, numa concepção de guerra interna e total. Do mesmo modo, a Guerra das Malvinas, além de ser uma tentativa de aglutinar apoio popular para um regime em decadência, refletiria uma visão nacionalista de uma guerra por Deus, contra uma democracia decadente e da violência como regeneradora. Seria um derramamento simbólico de sangue que daria fôlego ao projeto militar de mudar o país, numa visão do real moldada por uma ideologia que fez com que os líderes argentinos tivessem a miopia de atacar a Grã-Bretanha.

Enfim, para ele, é verdade que a ditadura, conceitualmente, não foi fascista. Mas ela teria colocado em prática muitos dos ideais e programas de décadas dos nacionalistas e fascistas do entre guerras e da aliança sagrada entre a Espada e a Cruz e, portanto, não se compreende a primeira sem o estudo da herança fascista anterior.³²

Sandra McGee Deutsch³³ também explica como os nacionalistas argentinos foram capazes de influenciar a ditadura de 1976. Segundo ela, ao não se constituir em um partido político, eles puderam espalhar sua ideologia no interior da direita moderada e reter influência em todos os regimes militares e, especialmente, no de 1976. Dentro da Igreja e do Exército, essa influência teria sido marcante e ajudaria a explicar aspectos dessa ditadura. Tal continuidade teria dado, à ditadura argentina, um tom diferente e muito mais violento do que a dos seus vizinhos.

³² FINCHELSTEIN, Federico. **La Argentina fascista...** Op. Cit., p. 148-208.

³³ DEUTSCH, Sandra. **Las Derechas...** Op. Cit., p. 324-336.

Segundo ela, boa parte da chamada “guerra suja” dos militares argentinos foi conduzida por pessoas que tinham tido socialização nos ideais nacionalistas e, por isso, a repressão política teve, na Argentina, tons antissemitas e de cruzada que não houve em outros países da região. Na Argentina, os herdeiros da extrema-direita e os da linha dura não se concentraram apenas nos aparatos repressivos e no Ministério do interior, mas se espalharam pelos da Educação, Trabalho, Universidades, etc., o que indicaria sua maior força.

Deutsch é suficientemente cuidadosa para não ver, na ditadura militar de 1976, uma simples continuidade das propostas nacionalistas anteriores. A influência dessas estaria clara, mas a ditadura militar jamais teria se visto como continuidade nacionalista e a própria repressão maciça teria precedentes outros, como, por exemplo, o governo do general Juan Carlos Onganía (1966-1970), e seria explicável também pelas condições políticas internas. A *Liga Patriótica Argentina*, contudo, teria representado um precedente e um exemplo de violência contra a dissidência que teria marcado a cultura política local desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

O trabalho de Deutsch e, especialmente, o de Finchelstein identificam, na história da direita argentina, uma continuidade muito mais forte do que a mudança, com homens, ideias e grupos mudando e se alterando no decorrer do tempo, mas conservando sua coerência até sua aplicação prática a partir de 1976.

Outros autores relativizam um pouco esta conclusão. Daniel Lvovich,³⁴ por exemplo, considera que, após a experiência de Tacuara, os remanescentes do nacionalismo de extrema-direita argentina não conseguiram nada além de inspirar pequenos grupos sectários que repetiam o já dito por décadas e que, no máximo, inspiraram grupos paramilitares ou – nunca isoladamente – os golpes militares posteriores. Paul Lewis³⁵ também indica como, apesar de participarem de todos os governos militares pós 1943 (e também de muitos civis), a influência nacionalista sempre foi, em geral, secundária frente a outros grupos da direita, especialmente a liberal.

³⁴ LVOVICH, Daniel. **El nacionalismo de derecha...** Op. Cit., p. 87-88.

³⁵ LEWIS, P. *The Right and Military rule...* Op. Cit.

Já David Rock³⁶ também avalia que a influência cultural dos nacionalistas foi fundamental para explicar algumas características da ditadura militar. O maniqueísmo ideológico, a cultura do medo, o culto da morte e o delírio semântico na identificação dos inimigos se originariam da cultura antiliberal e autoritária que surgiu no nicho nacionalista e acabou se mantendo em setores das classes dirigentes e dos militares que assumiram o poder em 1976.

Ele ressalta, contudo, como a força principal dentro do regime (e na direita argentina em geral) sempre foi mais autoritária e anti-mobilização popular e menos fascista. Recordando a distinção estabelecida por Trevor Roper entre um conservadorismo clerical tradicional e o fascismo dinâmico, Rock indica como as raízes da direita argentina estariam mais na reação europeia do que no fascismo, e isto já antes de 1914. Ela teria, em alguns momentos, assumido características próximas do fascismo, mas apenas na superfície. Do mesmo modo, a guerra total da ditadura dos anos 1970 lembraria mais a guerra civil espanhola do que as guerras de conquista de Hitler.

Na mesma linha, os trabalhos recentes de Morresi³⁷ e Cersósimo³⁸ indicam como os católicos tradicionalistas, apesar de terem apoiado a ditadura de 1976-1983, não conseguiram realmente influenciar a prática política do Estado e das forças armadas. Aqui e ali eles mantiveram um núcleo de poder, como no Vicariato Castrense, mas foram incapazes de apresentar um discurso único e de romper o tom liberal-conservador que deu o tom naqueles anos. O recente livro de Michael Goebel³⁹ indicando as fraturas entre os grupos nacionalistas e o regime militar também caminha nesse sentido.

Fernando Devoto⁴⁰ é muito mais incisivo neste ponto e, após recusar a conceituação de fascismo para os grupos nacionalistas argentinos, tende a ver a

³⁶ ROCK, David. *Antecedents of the Argentine Right...* Op. Cit.

³⁷ MORRESI, Sergio Daniel. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política**. Colección "25 años, 25 libros" nº 6. Buenos Aires: Biblioteca Nacional-UNGS, 2008.

³⁸ CERSÓSIMO, F. **El Proceso fue liberal. Los tradicionalistas católicos argentinos y el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1983)**. Tesis (Doctorado) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2014.

³⁹ GOEBEL, M. **Argentina's Partisan Past: Nationalism and the Politics of History**. Liverpool: Liverpool University Press, 2011, especialmente p. 181-229.

⁴⁰ DEVOTO, Fernando. **Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna**. Una historia. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

trajetória dos nacionalistas argentinos como tão cheia de rupturas que seria impossível ver influências e contatos ultrapassando décadas e períodos. Ele considera que é verdade que os nacionalistas da geração 1900-1930 inauguraram retóricas autoritárias, resignificaram outras e propuseram temáticas perigosas. Ele também concorda que algumas de suas propostas autoritárias e antipluralistas ajudaram a reforçar estes traços na sociedade argentina. No entanto, os nacionalistas não seriam a sua única fonte desse tipo de concepção do político e não haveria uma linha única que partisse deles e terminasse na ditadura militar. Isto seria historicismo, uma maneira linear de pensar a História, e não verdadeira.

Na verdade, quando queremos fazer um balanço desse debate, nota-se que, em última instância, todos concordam que houve alguma influência do pensamento nacionalista e fascista no regime militar argentino. O grande problema é como quantificar essa influência e verificar se ela representou um componente fundamental desse regime ou um mero detalhe.

É difícil não concordar com as ponderações de Deutsch e Finchestein sobre como a extrema-direita argentina (fascista ou reacionária) dos anos 1920 e 1930 teve mais sucesso em sobreviver no pós-1945 do que as de Brasil ou Chile. Isso permite compreender, efetivamente, os tons de cruzada religiosa e o caráter particularmente sangrento da ditadura argentina. No entanto, a advertência de Devoto sobre os riscos do historicismo também não pode ser ignorada. Boa parte do ímpeto para a violência da ditadura veio de outras fontes e a própria organização da sociedade civil argentina do período talvez tenha demandado mais força bruta para sua eliminação do que, por exemplo, no Equador.

Além disso, as influências ideológicas que conduziram à ditadura militar não vieram apenas, linearmente, dos nacionalistas, mas de fontes diversas, como, por exemplo, as doutrinas de segurança nacional em voga na América Latina no período. No caso argentino, a influência dos nacionalistas e fascistas foi especialmente forte e a ênfase de Devoto nas rupturas parece um pouco exagerada, mas não se pode pensar a história como uma equação com resultados prontos, como se 1976 estivesse sendo preparado décadas antes.

Mais importante é verificar que, por mais que os nacionalistas argentinos tenham tido uma boa margem de poder e influência na ditadura argentina, essa

não chegou ao ponto de definir o regime. Ele nunca teve traços corporativos ou pregou a mobilização popular dentro de um partido único, por exemplo, os quais são traços fundamentais para um regime fascista clássico.

Aliás, pensando nesta questão, talvez seja possível afirmar inclusive que a ditadura argentina teve fortes influências dos nacionalistas, mas não dos fascistas. Afinal, como já indicado, considero que a maioria dos grupos nacionalistas dos anos 1920 e 1930, ainda que influenciada pelo fascismo e se sentindo próximo a ele, estava mais próxima do conservadorismo do que do fascismo e foram estes que mantiveram influência residual nos anos a seguir. David Rock, citado, já chamou a atenção como os traços mais fortes da extrema-direita na ditadura argentina eram autoritários, e não fascistas, e sua reflexão parece correta. Isso não significa esquecer a influência fascista nestes grupos e nem muda o caráter brutal desta ditadura, mas permite que a compreendamos com mais rigor.

Conclusões

O fascismo foi um fenômeno de uma época, com raízes na tradição anterior da direita e especificidades nacionais de peso, que se refletiram, inclusive, na formatação de duas matrizes fascistas, a italiana e a alemã. Aquele fascismo, que poderíamos chamar de “clássico”, tinha características específicas, do seu tempo. Movimentos posteriores podem seguir este modelo e, portanto, serem classificados dentro da rubrica de “fascismo” no sentido clássico do termo. É o caso de pelo menos alguns dos movimentos neonazistas do pós-1945.

No entanto, a esmagadora maioria dos movimentos de base fascista que ressurgiu depois da Segunda Guerra Mundial não permaneceu imutável no passado. A maioria se adaptou aos novos tempos e à nova realidade e, nesse processo, inimigos e aliados se modificaram e ideias e perspectivas se alteraram, além de, novamente, se adaptarem aos contextos nacionais.⁴¹

Em alguns casos, a mudança foi tão grande que a própria essência do movimento se alterou, caminhando, por exemplo, para um conservadorismo mais

⁴¹ NALLIM, J. The many shades of the rightist spectrum. Notes on Fascism and the right in Argentina, Brazil and Chile after 1945. **Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 83-94, 2009.

clássico. Em outros, as alterações foram de monta, mas não o suficiente para colocá-los longe do modelo fascista. Talvez eles devam, agora, ser chamados de pós-fascistas ou neofascistas, mas ainda estão dentro do modelo geral do fascismo.

Já no tocante às ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960 e 1970, as tentativas de colocá-las dentro do modelo do fascismo clássico me parecem carentes de fundamentação empírica e conceitual. Para os três casos aqui estudados, o anticomunismo, o recurso à violência, a busca da ordem e outros elementos permitiam um diálogo e colaborações entre a extrema-direita (fascista ou não) e os generais. Não obstante, faltavam, nas ditaduras, alguns elementos chave - como a formatação de uma simbiose Estado-partido e a mobilização popular - fundamentais para a formação de um verdadeiro fascismo.

O fato de, nos três países considerados (e, provavelmente, também no caso uruguaio e boliviano, entre outros), a gênese das ditaduras ter sido a modernização conservadora e a busca do controle social, desmobilizador, não foi mera coincidência e talvez possa ser explicado num viés estrutural. Respondia-se a um momento histórico delimitado, no qual a direita tendia a ver na mobilização popular um risco inaceitável para o *status quo* e a associava ao populismo e/ou ao trabalhismo. Mesmo com a agitação das forças da direita nas ruas quando dos golpes de Estado, a relutância em mantê-la depois da tomada do poder talvez reflita uma questão estrutural latino-americana, ou seja, a de sistemas democráticos pouco consolidados e que valorizam muito mais o controle social do que a sua expressão política, de massas, mesmo quando a favor dos projetos dominantes.

Nessa linha de considerações, a única forma de chamar as ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960 e 1970 de fascismo seria ampliar o seu “modelo ideal” a tal ponto que ele se tornasse sinônimo de autoritarismo, o que não me parece o caminho correto. Também rotulá-las de ditaduras neofascistas ou pós-fascistas não parece a melhor saída para organismos políticos que, em essência, estão longe do modelo geral do fascismo.

Isso não significa afirmar, contudo, que a extrema-direita fascista não tenha tido nenhuma influência na formatação desses regimes. Como visto, ela colaborou para os golpes que levaram os generais ao poder e suas ideias, perspectivas e

homens circularam em setores dos respectivos Estados e colaboraram, em algum nível, na formatação dos novos regimes, especialmente nas forças de repressão.⁴² Mesmo assim, tais grupos nunca conseguiram implantar seus projetos e as ditaduras, apesar de claramente de direita, não eram fascistas.

Em que pese esta conclusão geral, algumas diferenças entre os três países são evidentes. No Brasil, a influência dos antigos fascistas (e da extrema-direita em geral) no regime militar foi menor. Já no Chile ela foi razoável, enquanto, na Argentina, parece ter sido maior, ainda que menos consistente do que uma análise inicial pode sugerir. Isso explica, ao lado de outros elementos (como a cultura política local, os equilíbrios de forças pré-golpe e a resistência da sociedade à implantação da ditadura), o caráter muito mais sangrento da ditadura no Chile e, especialmente, na Argentina, do que no Brasil.

Explicar como e porque os herdeiros do fascismo e a extrema-direita em geral conseguiram mais sucesso na Argentina do que no Brasil ou no Chile (onde predominaram, respectivamente, os teóricos da modernização autoritária e os “católicos de mercado”) requer, com certeza, o estudo comparado da história destes movimentos desde os anos 1930, no mínimo. A capacidade de influenciar nos subterrâneos as forças de direita que realmente contavam – a Igreja e as Forças Armadas – parece ser crucial para explicar isto, mas a questão, com certeza, mereceria estudo mais aprofundado.

Efetivamente, ao se institucionalizarem em partidos políticos próprios e, especialmente, ao se voltarem contra o poder constituído (como ocorreu em 1938, nos golpes de Santiago e Rio de Janeiro), as direitas fascistas do Brasil e do Chile perderam a chance de preservar suas forças e influenciar os grandes agentes que comandariam as ditaduras décadas depois, ou seja, as Forças Armadas, a Igreja e a própria direita moderada. A da Argentina viveu situação oposta, com pouca capacidade de organização nos anos 1930, mas, justamente por isto, com maior força e influência subterrâneas no pós-1945.

⁴² FAGUNDES, P. E. A extrema-direita nos golpes militares do Cone Sul: Patria y Libertad (Chile), Triple A (Argentina) e a Juventud Uruguaya de Pie (Uruguai). **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, 2013. Disponível em <<http://www.temppresente.org>>. Acesso em 5/5/2014.

Nesse sentido, o próprio sucesso (relativo, mas sucesso) dos grupos fascistas no Brasil e no Chile nos anos 1930 pode ter colaborado para a diminuição da sua influência nas ditaduras militares anos depois, o que seria um resultado no mínimo irônico para estes partidos e seus herdeiros.

Referências Bibliográficas

BERTONHA, J. F. Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória. *In: DOTTA, R. A. et. alii. Integralismo: novos estudos e reinterpretaciones*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 155-166.

__. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-82, 2009.

__. Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar. Os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975). *História e Perspectivas*. v. 23, n. 44, p. 427-449, 2011.

__. Fascismo de esquerda? Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso. *Espaço Acadêmico*, n. 142, p. 69-76, 2013.

__. A direita na TV. A propósito de um programa recente da “Globo News”. *Revista Escrita da História*. Ano 1, n. 1, p. 50-62, 2014.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BUCHRUCKNER, Cristián. *Nacionalismo y peronismo*. La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955). Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

__. *La Argentina autoritaria*. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida política, Buenos Aires, Ariel, 1993.

CALIL, Gilberto. *O Integralismo no pós-guerra - a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

__. O Integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização. *In: FÉLIX, L. O. Rio Grande do Sul: 200 Anos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

__. *O integralismo no processo político brasileiro - o PRP entre 1945 e 1965: Cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

__. Os integralistas e o golpe de 1964. *História e Luta de Classes*, n.1, p. 55-76, 2005.

CERSÓSIMO, Facundo. *El Proceso fue liberal. Los tradicionalistas católicos argentinos y el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1983)*. 2014. Tesis

(Doctorado) - Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2014.

CONVERSE, Christel. **The Rise and Fall of Nazi Influence among the German Chileans**. Washington: University of Georgetown Press, 1991.

DAVID, M. D. Fascismo e ditaduras militares na América Latina. **Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 8, p. 149-162, 1979.

DEUTSCH, Sandra McGee. **Las Derechas - The Extreme right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

__. Verso un'internazionale nazionalista: le relazioni internazionali della "Liga Patriótica Argentina", 1919-1922. **Ricerche di Storia Politica**, v. 5, n. 2, p. 193-212, 2002.

__. **Contrarrevolución en la Argentina. 1900-1932. La Liga Patriótica Argentina**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

__. Fascism, neo-fascism or post fascism? Chile, 1945-1988. **Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 19-44, 2009.

__.; DALKART, Ronald. **The Argentine Right**. Its History and intellectual origins, 1910 to the present. Wilmington: Scholarly Resources, 1993.

DEVOTO, Fernando. **Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna**. Una historia. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

FAGUNDES, Paulo Ernesto. A extrema-direita nos golpes militares do Cone Sul: Patria y Libertad (Chile), Triple A (Argentina) e a Juventud Uruguaya de Pie (Uruguai). **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, 2013. Disponível em <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em 5/5/2014.

FARES, Maria Celina. **Unión Federal, nacionalismo o democracia cristiana, una efímera trayectoria partidaria (1955-1958)**. Mendoza: Ex Libris-Astrea, 2007.

FINCHELSTEIN, Federico. **Fascismo, liturgia e imaginario**. El mito del general Urriburu y la Argentina nacionalista. Buenos Aires: Fondo di Cultura Económica de Argentina, 2002.

__. **La Argentina fascista, Los orígenes ideológicos de la dictadura**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

__. **Transatlantic Fascism: Ideology, Violence, and the Sacred in Argentina and Italy, 1919-1945**. Durham (NC): Duke University Press, 2009.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **Faschismus in Chile: die Darstellung der nationalsozialistischen Bewegung im Roman**. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2001.

GOEBEL, Michael. **Argentina's Partisan Past: Nationalism and the Politics of History**. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

GRUGEL, J. Nationalistic Movements and Fascist Ideology in Chile. **Bulletin of Latin American Research**, v. 4, n. 2, p. 109-122, 1985.

GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo, *In: Revolução molecular: Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 173-190.

KLEIN, Marcus. **A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil and Chile between the Great Depression and the Second World War**. 2000. Tese (Doutorado) - Londres, University of London, 2000.

__. The making of an unlikely Chilean fascist: reflections on the intellectual development and political work of Carlos Keller Rueff. **Historia (Santiago)**, v. 35, p. 187-209, 2002.

__. White guards, reactionaries, or fascists? A comparison of the Legion Civica Argentina and the Milicia Republicana. **Bicentenario. Revista de Historia de Chile y América**, v. 4, n. 1, p. 5-80, 2005.

LEWIS, Paul. The Right and Military rule, 1955-1983. *In: DEUTSCH, Sandra McGee; DALKART, Ronald. The Argentine Right. Its History and intellectual origins, 1910 to the present*. Wilmington: Scholarly Resources, 1993. p. 147-180.

LVOVICH, Daniel. **El nacionalismo de derecha**. Desde sus orígenes a Tacuara. Buenos Aires: Capital intelectual, 2006.

__. La extrema derecha en la Argentina posperonista entre la sacristía y la revolución: el caso de *Tacuara*. **Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 45-61, 2009.

MORRESI, Sergio Daniel. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política**. Colección "25 años, 25 libros" nº 6. Buenos Aires: Biblioteca Nacional-UNGS, 2008.

MOUNT, Graeme. **Chile and the nazis, From Hitler to Pinochet**. Montréal: Black Rose Books, 2002.

NALLIM, J. The many shades of the rightist spectrum. Notes on Fascism and the right in Argentina, Brazil and Chile after 1945. **Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, v. 13, n. 1, p. 83-94, 2009.

POTASCHNIK, M. **Nacismo: National Socialism in Chile, 1932-1938**. Thesis (Ph.D) - University of California, Berkeley and Los Angeles, 1974.

POWER, Margaret. **Right-wing women in Chile: feminine power and the struggle against Allende, 1964-1973**. Univ. Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

RÁMIREZ NECOCHEA, H. El fascismo en la evolución política de Chile hasta 1970. **Araucania de Chile**, v. 1, p. 9-33, 1978.

ROBERTSON, Erwin. **El Nacismo Chileno**. Santiago: Ediciones Nuestramerica, 1986.

ROCK, David. **La Argentina autoritaria**. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida política, Buenos Aires, Ariel, 1993.

__. Antecedents of the Argentine Right *In: DEUTSCH, Sandra McGee; DALKART, Ronald. The Argentine Right. Its History and intellectual origins, 1910 to the present*. Wilmington: Scholarly Resources, 1993. p. 1-34.

ROJAS MIX, Miguel. **El Dios de Pinochet**. Fisionomia del fascismo iberoamericano. Barcelona: MM, 2007.

SALGADO LOUREIRO, Maria Amélia. **Plínio Salgado, meu Pai**. São Paulo: GRD, 2001.

SANTOS, Theotonio. **Socialismo o fascismo**. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

SCHILLING, Paulo. **O Expansionismo brasileiro**. A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981.

SCHMITTER, P. The Portugalization of Brazil? *In*: STEPAN, A. **Authoritarian Brazil - Origins, policies and future**. New Haven and London: Yale University Press, 1973. p. 179-232.

SENKMAN, L. The Right and civilian regimes, 1955-1976. *In*: DEUTSCH, Sandra McGee; DALKART, Ronald. **The Argentine Right. Its History and intellectual origins, 1910 to the present**. Wilmington: Scholarly Resources, 1993. p. 119-145.

SILVA, E. P. da. História e Memória na revista Araucaria de Chile. *In*: **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória, p. 6-9, 2008.

SUTIL, Sofia Correa. **Con las riendas del poder**. La derecha chilena en el siglo XX. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.

__. ¿Qué nos enseña la historia del siglo XX acerca de las derechas actuales?. **Política**, v. 45, p. 157-163, 2005.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX - O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 109-164.

TRINDADE, Héliogio. O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista. *In*: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 123-141.

__. Fascismo e neofascismo na América Latina. *In*: VIZENTINI, Paulo Fagundes; MILMAN, Luís. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 47-74.

__. **O Nazi-fascismo na América Latina**. Mito e realidade. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

WALTER, Richard. The right and the peronists, 1943-1955. *In*: DEUTSCH, Sandra McGee; DALKART, Ronald. **The Argentine Right. Its History and intellectual origins, 1910 to the present**. Wilmington: Scholarly Resources, 1993, 1993. p. 99-118.